



**DESENHO METODOLÓGICO DA
4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+**

2024

EXPEDIENTE

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Ministra de Estado

Macaé Evaristo

Secretário-Executivo Interino

Cilair Rodrigues de Abreu

Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Symmy Larrat

Chefe de Gabinete

Alessandro Santos Mariano

Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Bel Sá

Coordenador-Geral de Acompanhamento de Parcerias

Renato Cesar Cani

Diretor de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Hiago Mendes Guimarães

Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Dayana Brunetto

Coordenador-Geral de Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Rafael Aguiar

Coordenadora de Programas e Projetos

Cecilia Froemming

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ BIÊNIO 2023/2025

Presidido por: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Presidenta: Symmy Larrat

Governo - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Vice-presidenta: Janaina Oliveira

Sociedade Civil - Rede Nacional de Negras e Negros LGBT - Rede Afro

Conselho Federal de Psicologia

Titular: Roberto Chateaubriand Domingues

Suplente: Carla Isadora Barbosa Canto

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Titular: Agnaldo Knevez

Suplente: Emilly Pereira Marques

Conselho Nacional de Justiça

Titular: Marcel da Silva Augusto Correa

Suplente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Defensoria Pública da União

Titular: Emanuel Adilson Gomes Marques

Suplente: Simone Castro Feres de Melo

Ministério Público Federal

Titular: Lucas Costa Almeida Dias

Suplente: Nathalia Mariel Ferreira de Souza Pereira

Ministério Público do Trabalho

Titular: Eduardo Varandas Araruna

Suplente: Igor Sousa Gonçalves

Ordem dos Advogados do Brasil

Titular: Amanda Souto Baliza

Suplente: Rogério Alves Dias

Entidades não governamentais

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo

Titular: Deborah Sabará Alves da Silva

Suplente: Marccone Costa de Menezes

ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas

Titular: Yone Baptista Lidgren

Suplente: Brenda Natacha de Alencar Félix

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

Titular: Keila Simpson

Suplente: Juliane Cintra de Oliveira

Aliança Nacional LGBTI+

Titular: Claudio Nascimento

Suplente: Rafaelly Wiest da Silva

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Titular: Marco Antonio Torres

Suplente: Zuleide Paiva da Silva

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Titular: Alana Helena Bispo dos Santos

Suplente: Chopelly Glaudstonny Pereira dos Santos

ARTGAY - Articulação Brasileira de Gays

Titular: José Felipe dos Santos

Suplente: Delmiro José Carvalho Freitas

ART JOVEM LGBT - Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Titular: Denise Santos Soares

Suplente: Ingrid Guzeloto Ramos Ferreira

CANDACES - Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas

Titular: Rivania Rodrigues da Silva

Suplente: Karoline Soares Chaves

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Titular: José Carlos Bueno do Prado (Zezinho Prado)

Suplente: José Christovam de Mendonça Filho

Coletivo LGBT - Central Única dos Trabalhadores CUT

Titular: Walmir Siqueira

Suplente: Loide de Farias Ostrufka

Coletivo LGBTI+ Sem Terra

Titular: Aline Luana de Oliveira Chaves

Suplente: Dê Silva

FONATRANS - Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros

Titular: Jovanna Cardoso da Silva

Suplente: Natasha Wonderfull da Silva

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades

Titular: Fabian Algarte da Silva

Suplente: Enzo Gael Loureiro Gomes

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas

Titular: Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

Suplente: Érica Oliveira Barbosa

Mães da Resistência

Titular: Girlayne Carvalho Machado

Suplente: Melyssa Fonseca de Miranda Chaves

REDE AFRO - Rede Nacional De Negras e Negros LGBT

Titular: Janaina Barbosa de Oliveira

Suplente: Washington Luiz Santos do Nascimento Dias

RENOSP - LGBTI

Titular: Itamar Matos de Souza

Suplente: Carlos Diego Peixoto de Souza

União Nacional LGBT

Titular: Fernanda Costa de Lima

Suplente: André da Silva Lopes

Poder Público Federal

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Titular: Symmy Larrat Brito de Carvalho

Suplente: Hiago Mendes Guimarães

Casa Civil da Presidência da República

Titular: Débora Nogueira Beserra

Suplente: Pablo Rafael Coelho Antunes

Advocacia-Geral da União

Titular: Viviane Gama Neves

Suplente: Arthur Cristovão Prado

Ministério das Cidades

Titular: Marilda Oliveira de Britto Cohen

Suplente: Joana Darc Freire Silva

Ministério da Cultura

Titular: Allison da Silva Pereira

Suplente: Denise Santos Aguiar de Sá

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Titular: Suely de Oliveira

Suplente: Bruno Alves Chaves

Ministério da Educação

Titular: Maraisa Bezerra Lessa

Suplente: Laura Eli Padilha de Souza

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Titular: Vitor Marcelo Almeida

Suplente: Fabio Costa de Souza

Ministério da Igualdade Racial

Titular: Ronaldo Adriano Fiuza Cardoso

Suplente: Hiris de Paulo Martins

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Titular: Leticia de Almeida Peçanha

Suplente: Seimour Pereira de Souza Filho

Ministério das Mulheres

Titular: Maria Luiza Rodrigues de Aquino

Suplente: Isis Dantas Menezes Zornoff Taboas

Ministério do Planejamento e Orçamento

Titular: Andrea Thalhofer Ricciardi

Suplente: Henrique Pimentel Filho

Ministério dos Povos Indígenas

Titular: Juma Xipaia

Suplente: Larissa Pankararu

Ministério da Previdência Social

Titular: Amanda Anderson de Souza

Suplente: Renata Magioli Santos

Ministério das Relações Exteriores

Titular: Nathanael de Souza e Silva

Suplente: Eduardo da Rocha Modesto Galvão

Ministério da Saúde

Titular: Gilmara Lúcia dos Santos

Suplente: Lilian Silva Gonçalves

Ministério do Trabalho e Emprego

Titular: Anatalina Lourenço da Silva

Suplente: Raimundo José da Silva

Ministério do Turismo

Titular: Juliana Paula de Paiva Oliveira

Suplente: Rodrigo Moreles Canez

Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

Titular: Nilson Florentino Júnior

Suplente: Vinicius Felipe de Souza

Elaboração do Desenho Metodológico da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Aginaldo Cordeiro

Aginaldo Knevez

Aline Luana de Oliveira Chaves

Amanda Souto Baliza

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux

Bel Sá

Claudio Nascimento

Flávio Malta Fleury

Karoline Soares Chaves

Marco Antonio Torres

Rodrigo Moreles Canez

Sandy Larissa Carvalho Augusto

Seimour Pereira de Souza Filho

Suely de Oliveira

Symmy Larrat

Thamynny Santos Silva

SUMÁRIO

1. Introdução	9
Tabela 1 - Número de pessoas delegadas por Estado e Distrito Federal	10
2. Programação prévia.....	11
Tabela 2 - Proposta de programação	11
3. Descrição dos espaços e da metodologia.....	11
3.1. Etapas Estaduais e Distrital	11
3.2. Etapas Livres	12
3.3. Inscrições.....	12
3.4. Credenciamento.....	13
3.5. Plenária do Regimento Interno.....	14
3.6. Mesa de Abertura.....	14
3.7. Aula Magna.....	15
3.8. Mesas Temáticas	15
3.9. Painéis.....	15
3.10. Grupos de Trabalho	15
Tabela 3 – Divisão de Grupos de Trabalho por eixo temático	16

1. Introdução

A 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é um marco histórico na reconstrução da participação social. Embora as três conferências anteriores tenham demarcado a amplitude e a potência de mobilização e de construção do movimento LGBTQIA+ em suas respectivas edições, a 4ª Conferência será realizada após um longo período acentuado por retrocessos significativos para a população LGBTQIA+.

Alguns desses retrocessos incluíram a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) e a revogação do Decreto nº 9.453, de 31 de julho de 2018, que convocou a então 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Diante do compromisso do atual Governo Federal com a participação social, um novo Conselho dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ foi instituído por meio do Decreto nº 11.471, de 6 de abril de 2023. Além disso, também como expressão desse compromisso, o Governo Federal convocou a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ por meio do Decreto nº 11.848, de 26 de dezembro de 2023, com o tema **“Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”**.

A 4ª Conferência Nacional está programada para acontecer entre os dias 21 e 25 de outubro de 2025, em Brasília/DF. Ela e as Conferências Locais, Regionais, Estaduais, Livres e do Distrito Federal, que a antecederão, serão orientadas pelos seguintes objetivos: (1) propor diretrizes para a criação e a implementação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da discriminação contra as pessoas LGBTQIA+ e à promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBTQIA+; e (2) elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+.

Ante a relevância da transversalidade e do espaço de construção da democracia e da participação social, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ se segmentará em eixos temáticos que visam a ampliação e o aprofundamento da temática geral, sendo eles: (1) Enfrentamento à violência LGBTQIA+; (2) Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+; (3) Interseccionalidade e internacionalização; e (4) Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Para a materialização do diálogo, a etapa nacional contará com a participação de 1.212 (mil, duzentas e doze) pessoas delegadas eleitas nas Conferências Estaduais e Distrital dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, conforme distribuição apresentada na seguinte Tabela do Documento Orientador para a realização das Conferências preparatórias locais, estaduais, livres e do Distrito Federal compartilhada a seguir:

Tabela 1 - Número de pessoas delegadas por Estado e Distrito Federal

Ente federativo	População total de cada ente federativo	Percentual da população do ente federativo em relação à população do país	Percentual de pessoas negras no ente federativo	Número total de pessoas delegadas por ente federativo
Acre	830.018	0,41%	74,81%	23
Alagoas	3.127.683	1,54%	69,91%	30
Amapá	733.759	0,36%	77,09%	23
Amazonas	3.941.613	1,94%	73,70%	33
Bahia	14.141.626	6,96%	79,69%	67
Ceará	8.794.957	4,33%	71,48%	49
Distrito Federal	2.817.381	1,39%	59,37%	29
Espírito Santo	3.833.712	1,89%	61,00%	33
Goiás	7.056.495	3,47%	63,37%	43
Maranhão	6.775.805	3,34%	79,00%	43
Mato Grosso	3.658.649	1,80%	65,86%	32
Mato Grosso do Sul	2.757.013	1,36%	53,43%	29
Minas Gerais	20.538.718	10,07%	58,60%	88
Pará	8.121.025	4,10%	79,64%	48
Paraíba	3.974.687	1,96%	63,51%	33
Paraná	11.444.380	5,64%	34,30%	58
Pernambuco	9.058.931	4,46%	65,31%	50
Piauí	3.272.199	1,61%	77,08%	31
Rio de Janeiro	16.054.524	7,91%	57,78%	73
Rio Grande do Norte	3.302.729	1,63%	60,07%	31
Rio Grande do Sul	10.882.965	5,36%	21,19%	56
Rondônia	1.581.196	0,78%	67,89%	25
Roraima	636.707	0,31%	64,98%	22
Santa Catarina	7.610.361	3,75%	23,29%	45
São Paulo	44.411.238	21,80%	40,95%	166
Sergipe	2.209.558	1,09%	74,46%	27
Tocantins	1.511.460	0,74%	75,33%	25
TOTAL	203.079.389	100%		1.212

Além disso, contará com a participação de 76 (setenta e seis) pessoas conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, no biênio 2023-2025, que também atuarão como delegadas, com direito a voz e voto. Por fim, participarão, ainda, até 100 (cem) pessoas convidadas, com direito a voz e sem direito a voto, e até 100 (cem) pessoas observadoras, sem direito a voz e a voto e sem financiamento de sua participação.

Diante do tema, dos objetivos, dos eixos temáticos e do quantitativo de pessoas participantes da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ apresentado acima e das experiências metodológicas adquiridas no processo de organização e realização

das conferências anteriores, apresenta-se, a seguir, o planejamento metodológico dos espaços necessários à construção da etapa nacional.

2. Programação prévia

Na tabela 2, exibe-se a programação prévia da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, sujeita, no entanto, a alterações posteriores. As atividades serão detalhadas no tópico 3, que é destinado à apresentação dos espaços e da metodologia.

Tabela 2 - Proposta de programação

	21/10/25 (terça-feira)	22/10/25 (quarta-feira)	23/10/25 (quinta-feira)	24/10/25 (sexta-feira)	25/10/25 (sábado)
Manhã	8h - Chegada das delegações	8h - Retomada do credenciamento (pessoas delegadas, observadoras e convidadas) 8h30 - Aula magna 9h30 - Leitura e aclamação do Regimento Interno.	8h - Grupos de Trabalho (GT)	8h30 - Plenária Final	Retorno das delegações
	12h - Almoço(hotel)	12h30 - Almoço	12h - Almoço	12h - Almoço	
Tarde	15h - Início do credenciamento (Pessoas delegadas, observadoras e convidadas)	14h - Painéis dos Grupos de Trabalho	14h – Grupos de Trabalho (GT)	13h30 - Retomada Plenária Final 15h – Atividades autogestionadas(local a confirmar)	Retorno das Delegações
	18h -Jantar	18h - Jantar	18h - Jantar	18h - Jantar	
Noite	19h - Mesa de Abertura	-	-	19h – Início do retorno das delegações para seus estados	Retorno das delegações

3. Descrição dos espaços e da metodologia

3.1. Etapas Estaduais e Distrital

As Conferências Estaduais e Distrital deverão ser realizadas até 31 de agosto de 2025, segundo o calendário previsto no Decreto nº 12.030, de 27 de maio de 2024. O seu planejamento e realização deverão ser capitaneados por Comissões Organizadoras, nas quais deve ser assegurada a paridade entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Caberá às Comissões Organizadoras das Etapas Estaduais e Distrital acompanhar o processo de sistematização dos **Relatórios de Atividades das Conferências e disponibilizá-los**

em campo específico na plataforma Brasil Participativo, até 20 (vinte) dias após a data de realização da etapa estadual ou distrital.

O modelo do Relatório de Atividades estará disponível na plataforma Brasil Participativo para *download* e posterior *upload*. O Relatório de Atividades deverá ser elaborado em atenção **às discussões, às recomendações e às propostas realizadas e deliberadas no âmbito da Etapa Estadual ou Distrital, bem como ser instruído com a lista de pessoas delegadas eleitas, tanto titulares como suplentes (e os seus respectivos dados pessoais).**

O limite de propostas estaduais e distritais enviadas para **votação** na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é de até **4 (quatro) propostas por eixo**, totalizando até **16 (dezesesseis) propostas por Estado ou Distrito Federal**. Junto ao Relatório de Atividades, as Comissões Organizadoras das Etapas Estaduais ou Distrital deverão anexar, em campos existentes especificamente para tanto na plataforma Brasil Participativo, o **Relatório Final da Conferência Estadual ou Distrital** e o **documento com a relação de integrantes da Comissão Organizadora Estadual ou Distrital e os seus respectivos dados pessoais**.

3.2. Etapas Livres

As Conferências Livres deverão ser realizadas até o dia 28 de fevereiro de 2025. As suas respectivas Comissões Organizadoras, tais quais as Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital, deverão sistematizar as propostas deliberadas nas Conferências no âmbito de **Relatórios de Atividades das Conferências, a serem disponibilizados em campo específico na plataforma Brasil Participativo em até 20 (vinte) dias após a data de realização das Conferências Livres.**

O modelo do Relatório de Atividades será disponibilizado na plataforma Brasil Participativo para *download* e posterior *upload*. No Relatório, **a Comissão Organizadora deverá apontar até 4 (quatro) propostas por eixo, totalizando 16 (dezesesseis) propostas, a serem debatidas no âmbito da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.**

3.3. Inscrições

As inscrições das pessoas delegadas na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ serão realizadas em duas etapas: 1) etapa de inscrição prévia; e 2) etapa de validação da inscrição no credenciamento.

As inscrições prévias das delegações estaduais e distrital eleitas deverão ser realizadas por suas respectivas Comissões Organizadoras por meio da plataforma Brasil Participativo¹, em observância à ordem das listas de pessoas delegadas eleitas (titulares e suplentes) dispostas nos respectivos Relatórios de Atividades das Conferências.

¹ O acesso para as inscrições prévias na plataforma Brasil Participativo será disponibilizado 45 dias antes da data de início da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

As inscrições prévias objetivam promover um mapeamento das pessoas delegadas por Estado e pelo Distrito Federal, com criação de banco de dados, bem como possibilitar a aferição de observância do número de pessoas delegadas por Estado e Distrito Federal previsto na Tabela do Documento Orientador para a realização das Conferências preparatórias locais, estaduais, livres e do Distrito Federal compartilhada na introdução deste documento.

Todas as pessoas delegadas inscritas deverão validar suas inscrições prévias no momento do credenciamento, quando terão acesso às suas credenciais para participação na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

No que se refere à participação das pessoas observadoras, estabelece-se como critérios para escolha das pessoas que participarão nessa qualidade os seguintes: (1) ter participado de alguma das etapas prévias à 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; e (2) o número de vagas de pessoas observadoras disponibilizadas para cada Estado e para o Distrito Federal, que será proporcional à sua população em relação à população nacional.

Não sendo preenchidas as vagas de pessoas observadoras de acordo com os critérios apresentados acima, a Comissão Organizadora Nacional poderá admitir a participação de outras pessoas nessa qualidade. As pessoas observadoras, também, deverão realizar inscrições prévias na plataforma Brasil Participativo e validá-las por ocasião do credenciamento.

3.4. Credenciamento

O credenciamento para participação na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ acontecerá no dia 21/10/2025 das 08h às 20h e no dia 22/10/2025 das 08h30 às 14h para as pessoas delegadas.

A pessoa delegada titular e/ou suplente deverá portar documento de identificação com foto para validação da inscrição. Assim que a inscrição for validada, a pessoa delegada receberá a pulseira de acesso à 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o crachá e o material com os documentos conferenciais.

Em caso de necessidade de substituição da pessoa delegada titular por sua suplência, a Comissão Organizadora deverá ter realizado a pré-inscrição e, no ato de validação no credenciamento, deverá ser apresentada carta de alteração de titularidade.

Quando houver necessidade de substituição das pessoas delegadas, deverão ser observadas as seguintes diretrizes do Documento Orientador para a realização das Conferências preparatórias locais, estaduais, livres e do Distrito Federal, no que se refere à composição das delegações estaduais e distrital:

- **53% (cinquenta e três por cento)** das vagas reservadas a pessoas do gênero feminino²;

² Dizem respeito às lésbicas (cisgênero e transexuais), bissexuais, mulheres transexuais e travestis.

- **40% (quarenta por cento)** das vagas reservadas a pessoas do gênero masculino³;
- **7% (sete por cento)** das vagas reservadas a pessoas com outras identidades de gênero ou orientações sexo afetivas⁴;
- **50% (cinquenta por cento)** das vagas reservadas para representantes da sociedade civil;
- **50% (cinquenta por cento)** das vagas reservadas para representantes do Poder Público;
- Número de vagas reservadas a pessoas negras, observado o percentual da população negra de cada Estado e do Distrito Federal;
- **2% (dois por cento)** das vagas reservadas para pessoas com deficiência⁵;
- **5% (cinco por cento)** das vagas reservadas para pessoas idosas⁶;
- **2% (dois por cento)** das vagas reservadas para pessoas indígenas⁷;
- **30% (trinta por cento)** das vagas reservadas para as pessoas conselheiras estaduais, eleitas no âmbito dos respectivos Conselhos Estaduais ou Distrital dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+⁸.

Ao que se refere à participação de pessoas convidadas e pessoas observadoras, estas poderão se credenciar durante todos os dias da programação.

3.5. Plenária do Regimento Interno

A Plenária do Regimento Interno será o momento de votação do Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. O documento do Regimento Interno será disponibilizado previamente para as pessoas delegadas em plataforma digital, a fim de que possam, anteriormente à etapa conferencial nacional, realizar seus apontamentos em relação a ele, que serão condensados e discutidos na Plenária.

3.6. Mesa de Abertura

A Mesa de Abertura será o espaço de início dos trabalhos da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, retratando sua temática. A Mesa de Abertura terá a participação de autoridades do Governo Federal e de pessoas com atuação teórica e/ou política referenciada na agenda de defesa e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, sendo estas pessoas indicadas pela Comissão Organizadora Nacional.

³ Dizem respeito a gays (cisgênero e transexuais), bissexuais e homens transexuais.

⁴ Dizem respeito às pessoas assexuais, intersexo, queers, não binárias, etc.

⁵ Em caso de não haver pessoas com deficiência no processo de seleção, eleição ou indicação de pessoas delegadas no Estado ou no Distrito Federal, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

⁶ Em caso de não haver pessoas idosas no processo de seleção, eleição ou indicação de pessoas delegadas no Estado ou no Distrito Federal, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

⁷ Em caso de não haver pessoas indígenas no processo de seleção, eleição ou indicação de pessoas delegadas no Estado ou no Distrito Federal, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

⁸ Em caso da inexistência de Conselho Estadual ou Distrital dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, não há necessidade de atender ao critério estabelecido.

3.7. Aula Magna

A Aula Magna será a atividade na qual pessoas com atuação teórica e/ou política referenciada na agenda de defesa e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ apresentarão exposição sobre temática previamente definida pela Comissão Organizadora Nacional, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

3.8. Mesas Temáticas

As Mesas Temáticas serão os momentos de apresentação e discussão de temas de relevância para a população LGBTQIA+. Elas reunirão todas as pessoas delegadas e pessoas observadoras para início dos trabalhos dos dias da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Cada Mesa Temática será composta por pessoas LGBTQIA+ com referência, acúmulo e relevância teórica e/ou política acerca da matéria a ser tratada, cabendo à Comissão Organizadora Nacional indicar e deliberar sobre sua composição.

3.9. Painéis

Os Painéis têm por finalidade apresentar os eixos que serão conteúdo do debate nos Grupos de Trabalho. Os eixos da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ são: (1) Enfrentamento à violência LGBTQIA+; (2) Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+; (3) Interseccionalidade e internacionalização; (4) Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Os painéis deverão ser compostos por pessoas com referência e acúmulo teórico e/ou político na temática de cada um dos eixos, fomentando o debate qualificado entre as pessoas participantes. Todos os painéis deverão contar com, no mínimo, 2 (duas) pessoas reladoras e 1 (uma) coordenação. Os painéis poderão dispor de tempo de fala para as pessoas participantes, observando os recortes paritários de raça, etnia e gênero e a pluralidade do movimento social LGBTQIA+.

3.10. Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ deverão ser vinculados aos eixos temáticos. Assim, buscando um debate qualificado e com maior participação das pessoas delegadas na elaboração de proposições de políticas públicas para promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, **cada eixo temático será contemplado com 4 (quatro) Grupos de Trabalho.**

Além disso, **os Grupos de Trabalho acontecerão em dois dias da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**, de modo a possibilitar que cada pessoa delegada participe das atividades de Grupos de Trabalho de dois eixos distintos. As atividades dos Grupos de Trabalho do Eixo 1 e do Eixo 2 acontecerão no dia 22 de outubro de 2025 e as atividades dos Grupos de Trabalho do Eixo 3 e do Eixo 4 ocorrerão, por seu turno, no dia 23 de outubro de 2025.

As pessoas delegadas deverão indicar, no formulário de inscrição prévia, os Grupos de Trabalho do qual desejam participar, garantindo sua vaga, a partir da disponibilidade e considerada a ordem de inscrição em cada um deles.

Cada Grupo de Trabalho será dividido em duas salas para debater a mesma temática. Cada sala de Grupo de Trabalho deverá ter, pelo menos, 2 (duas) coordenações, 1 (uma) pessoa com referência e acúmulo teórico e/ou político na temática e 2 (duas) pessoas relatoras.

A composição de mesa para cada sala de Grupo de Trabalho deverá ser sugerida pela Comissão Organizadora Nacional antecipadamente. Em caso de ausência da pessoa que comporá a mesa, as pessoas da sala do Grupo de Trabalho indicarão a pessoa que realizará a substituição.

As atividades de cada sala do Grupo de Trabalho terão início com a breve apresentação da temática do eixo orientador do Grupo de Trabalho por pessoa com referência e acúmulo teórico e/ou político da pauta. Na sequência, será realizada a leitura do Relatório Consolidado das Conferências Estaduais e Distrital, para que, então, as propostas de ação das Conferências Estaduais e Distrital sejam analisadas, discutidas e aprimoradas.

Por fim, as propostas deverão ser votadas. Em caso de empate, a coordenação de mesa buscará um consenso ou colocará as propostas de ação para nova votação. As 3 (três) propostas de ação com maior número de votos serão apresentadas em reunião conjunta entre as duas salas do mesmo tema do Grupo de Trabalho para que, ao final de suas atividades, **cada Grupo de Trabalho disponibilize até 6 (seis) propostas de ação para votação na Plenária Final.** Nesta reunião entre as duas salas, as propostas poderão ser modificadas ou aglutinadas a critério das pessoas delegadas presentes.

Apresenta-se, abaixo, tabela com a divisão dos Grupos de Trabalho por eixos temáticos, considerando-se, ainda, que cada Grupo de Trabalho será dividido em duas salas para debates.

Tabela 3 – Divisão de Grupos de Trabalho por eixo temático

Eixo	Grupo de Trabalho
Eixo 1: <i>Enfrentamento à violência LGBTQIA+</i>	GT 1: Estratégia nacional de enfrentamento às violências e violações dos direitos das pessoas LGBTQIA+
	GT 2: Políticas públicas de acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de violência e de violação de direitos
	GT 3: Políticas públicas de formação e educação continuada
	GT 4: Políticas públicas de produção de levantamentos e mapeamentos da/sobre a população LGBTQIA+ no Brasil
Eixo 2: <i>Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+</i>	GT 1: Políticas públicas de geração de empregos e renda para a população LGBTQIA+
	GT 2: Políticas públicas de acesso e permanência para a formação técnico-profissional e acadêmica da população LGBTQIA+
	GT3: Políticas públicas de fortalecimento de iniciativas de economia solidária e de empreendedorismo

	GT4: Políticas públicas de formação para o enfrentamento à LGBTQIAfobia nos ambientes de trabalho
Eixo 3: <i>Interseccionalidade e internacionalização</i>	GT 1: Políticas públicas interseccionais de promoção do direito à educação
	GT 2: Políticas públicas interseccionais de fomento e valorização da cultura
	GT 3: Políticas públicas interseccionais de promoção integral do direito à saúde
	GT 4: Políticas públicas de direitos humanos para pessoas LGBTQIA+ brasileiras em situação de violência no exterior, estrangeiras no Brasil e para pessoas habitantes de regiões de fronteiras brasileiras
Eixo 4: <i>Institucionalização da Política Nacional dos Direitos Das Pessoas LGBTQIA+</i>	GT1: Previsão e execução orçamentárias para políticas públicas para a população LGBTQIA+
	GT2: Divisão das competências federativas de formulação e implementação de políticas públicas para a população LGBTQIA+
	GT3: Participação social na construção e no monitoramento de políticas públicas para a população LGBTQIA+
	GT4: Atuação estratégica junto aos Poderes Legislativo e Judiciário para a garantia de direitos da população LGBTQIA+

A partir dessa forma organizativa, cada sala de Grupo de Trabalho contará com a participação de **88 (oitenta e oito)** pessoas (não contabilizadas aquelas que integrarão a mesa de coordenação), sendo **76 (setenta e seis)** pessoas delegadas com direito a voz e voto, **6 (seis)** pessoas observadoras e **6 (seis)** pessoas convidadas.